

# Financiamento do Casa Verde Amarela

» LUIZ FRANÇA

Presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc)



Estamos vivendo um cenário econômico bastante desafiador. A crise mundial causada pela covid-19 e agravada pelos efeitos da guerra entre Rússia e Ucrânia provocou uma grande desordem nas cadeias produtivas em todo o mundo. O resultado foi uma forte inflação, que corrói o poder de compra, principalmente das famílias mais pobres. Uma prova disso é que a cesta de consumo das famílias de baixa renda no Brasil cresceu 17% em 2021, acima do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que findou o mesmo período com a variação de 10,06%.

Além disso, houve expressivo aumento nos custos de construção, o que pode ser constatado com a variação positiva de 14% do Índice Nacional de Custos da Construção (INCC), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) no ano passado. A situação se agrava quando constatamos que esse mesmo indicador aumentou 27% desde 2020. Essa combinação está inviabilizando a compra de moradias por parte dos interessados.

A piora na performance do programa habitacional de baixa renda causa impactos diretos tanto no combate ao elevado déficit habitacional (de 7,8 milhões de famílias) quanto na geração de emprego e renda. Em 2021, o Casa Verde Amarela foi responsável pela geração de 1,4 milhão de postos de trabalho,

de acordo com dados do próprio governo. O programa não somente melhora a qualidade de vida das famílias mais necessitadas, como também é a principal fonte de geração de emprego aos mais pobres, pois grande parte dos trabalhadores da construção civil é oriunda dessa parte de nossa população.

Dessa forma, é urgente implantar medidas que recuperam o poder de compra das famílias mais necessitadas em relação à aquisição de imóveis. Precisamos considerar que 93% do déficit habitacional brasileiro está concentrado em famílias com renda de até três salários-mínimos. Pesquisa realizada pela Consultoria Brain mostra que 77% das aquisições de imóveis realizadas em 2021 só puderam ser concretizadas devido aos benefícios disponibilizados pelo programa Casa Verde Amarela.

O governo está bastante sensível em relação a essa questão, tanto que várias propostas já estão sendo discutidas com intuito de garantir que a produção do programa habitacional cumpra seu papel social para as pessoas mais necessitadas. Em adição às diversas medidas que estão sendo avaliadas, devemos considerar a ampliação do prazo de financiamento de 30 para 35 anos. Essa alternativa é de fácil implantação, sem impactos para o resultado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e sem necessidade de uso de recursos da União.

A Caixa já adota esse prazo para financiamentos com recursos da poupança, sendo que, em bancos privados, é possível fazer financiamentos em até 40 anos. Tal medida seria suficiente para elevar em cerca de 7% o poder de compra dos consumidores, o que implica tornar elegíveis ao financiamento 4 milhões de pessoas. Esse público, que perdeu renda no último ano, estaria novamente em condições de realizar o sonho da casa própria.

É fundamental a implantação dessa e de outras propostas de forma iminente, pois o desempenho da construção, que avançou 9% em 2021, foi vital para o crescimento de 4,6% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no ano passado. A construção civil é o setor que mais impulsiona a atividade econômica, uma vez que consegue ativar uma complexa rede de 97 atividades econômicas, gerando 10% de todos os empregos do Brasil. Dessa forma, precisamos implantar medidas que viabilizem a construção de novos projetos habitacionais para o público de baixa renda. Já foram propostas emendas às medidas provisórias 1.105/2022 e 1.110/2022, ambas propostas pelo deputado federal Hildo Rocha (MDB/MA), que propõe a ampliação do prazo de financiamento para 35 anos. Essa é, sem dúvida, questão fundamental para que o desenvolvimento econômico-social.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## A Hidra da Praça dos Três Poderes

Em algum lugar muito recôndito deste país, verdade e sua coirmã, a justiça, parecem ter se abrigado, fugindo desse momento presente de incertezas e em que a inversão de valores se transformou, da noite para o dia, no novo normal, com os tribunais, agora, protegendo e inocentando notórios criminosos, ao mesmo tempo em que condenam e perseguem inocentes, sobretudo aqueles que ousaram, um dia, mandar para a cadeia, poderosos e influentes políticos e empresários. Todos eles metidos até a ponta do cabelo no mais profundo e fétido lodaçal de corrupção já visto pelos brasileiros.

É nesse ambiente, em que já não é possível sequer distinguir o chão do teto, que os autênticos operadores da justiça, aqueles que buscam verdade em nome da sociedade, vão se transformando em réus apenas pelo fato de que cumpriram com o que ordena o dever profissional e a ética, mandando para a cadeia os principais membros da bem estruturada quadrilha que dilapidava o Estado, por dentro do coração do Estado, num esquema tão surreal que nem os mais inventivos escritores de ficção policial imaginariam.

É tudo tão absurdo, que o uso das expressões correntes da nossa língua já não consegue traduzir o que se passa neste momento. Felizmente, aqui e ali, ainda despontam alguns personagens dotados de digna coragem para denunciar esses e outros descabros que assistimos todos, entre mudos e inertes.

Um caso aqui, digno de nota, foi trazido pela coluna de JR Guzzo, publicada na revista *Oeste*, na última semana, intitulada "Estão querendo virar a mesa". No artigo, o jornalista diz textualmente que há um golpe de Estado sendo preparado e organizado em câmara lenta, pronto para ser executado, na frente de todos. Não se trata, segundo o articulista, de um golpe nos moldes tradicionais, comandado pelas forças militares, mas levado a cabo por aqueles que se arvoram defensores da democracia, mas que, no íntimo, estão angustiados com a perspectiva de perderem seus privilégios. "É gente que vem com uma doutrina destes nossos tempos", diz.

Gente que, segundo consta no artigo, está disposta a "salvar" a democracia, destruindo as regras da própria democracia, disposta, inclusive, a anular os resultados das eleições de outubro, caso vença o demiurgo de Garanhuns. O que fica evidenciado, e mereceu ampla divulgação feita pelo presidente Bolsonaro em sua live semanal, é, que tanto a cúpula do Poder Judiciário quanto parte do atual Congresso, estão se articulando para governar o país, afastando todas as pautas consideradas por essa turma como conservadoras e contrárias aos seus propósitos. Para tanto, alerta Guzzo, não se intimidarão em bloquear, degregar ou falsificar as eleições para fazer prevalecer suas regras. Quem acompanha e conhece a longa e prestigiosa trajetória de J R Guzzo, considerado hoje o mais brilhante e incisivo jornalista do nosso país, deve ter ficado de orelha em pé com esse artigo.

O próprio presidente foi um desses. A ideia final desse grupo continua o artigo, é dar a vitória ao único adversário real do atual presidente. Guzzo em seu texto dá nome aos bois. Logo em seguida, vêm os políticos do Brasil velho, bichado e inimigo do progresso — "dos tómulos do PSDB, dos que querem roubar e estão em síndrome de abstinência, dos parasitas da máquina estatal, dos fracassados que precisam voltar ao governo e afastar o risco de perderem o resto de suas carreiras.

O golpe traz consigo ainda o consórcio nacional formado pelos empreiteiros de obras públicas, os empresários-piratas, os ladrões em geral, as classes intelectuais, as empresas aflitas com as questões de gênero, raça e sustentabilidade, os artistas de novela e os banqueiros de esquerda".

A reforçar o teor desse artigo, é possível elencar um calhaço de sentenças oriundas das altas Cortes que vão de encontro as suspeitas do articulista, de que há, de fato, um golpe em preparação. Só para ficar na mais recente dessas decisões, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) acaba de anular, por quatro votos a um, uma série de sentenças condenatórias proferidas pelo ex-juiz Sergio Moro contra membros do Grupo Schahin e contra ex-dirigentes da Petrobras, no âmbito da Operação Lava-Jato, com todos esses processos sendo encaminhados, pasmem, para a Justiça Eleitoral.

Agora, também, o próprio Sergio Moro foi tornado réu em ação popular que foi aceita pela Segunda Vara Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), acusado de ter provocado prejuízos de mais de R\$ 172 bilhões à Petrobras por conta de seu protagonismo frente a Operação Lava-Jato, e que teria resultado em graves danos à estatal e a diversos entes da administração pública. Um dos signatários dessa ação é ninguém menos do que o notório deputado José Guimarães, do PT.

Pelo o que se tem visto até aqui, todos os elos desse esquema vão sendo montados um a um, diante de todos nós, com a cumplicidade de muitos, o silêncio de outros e a covardia daqueles que, mesmo sabendo dessa trama, fingem-se de mortos.

### » A frase que foi pronunciada

"Uma pesquisa com 1.200 entrevistados é capaz de retratar a intenção de voto dos brasileiros?"

Dúvida que não quer calar

### Caesb X consumidor

» De um lado, a Caesb anuncia, com antecedência, o dia em que será feita a próxima leitura, de outro, o consumidor reclama que não sabe a hora e precisa ficar disponível durante o horário comercial. O fato é que, se a Caesb não tiver acesso à leitura, ela está amparada por lei a cobrar pelo o que não foi consumido, indo contra o Código de Defesa do Consumidor.

### Impasse

» Aconteceu com um consumidor que conseguiu diminuir a conta para R\$ 30 por mês. Como não havia gente em casa no dia da leitura, o cálculo feito com a média dos últimos 12 meses somou R\$ 70. Mais que o dobro dos últimos meses de economia.

### Amparo por lei

» Ao mesmo tempo em que isso ocorre, a Caesb anuncia que vai devolver em 2022 mais de R\$ 11,5 milhões aos consumidores que economizaram. Nesse caso, os consumidores estão amparados por Lei Distrital e Resolução da Adasa.

### » História de Brasília

Para que depois ninguém venha por a culpa em ninguém, o aumento foi autorizado pelo Conselho Nacional do Petróleo, que cedeu, assim, à pressão do Sindicato dos Distribuidores de Gás Engarrafado no Brasil. (Publicada em 01.03.1962)

## Sistema de saúde mais igualitário

» PAULO REBELLO

Diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)

São muitos os desafios para melhorar o acesso à saúde no Brasil, mas, qualquer que seja o caminho, é preciso estruturá-lo por meio da colaboração de todos os agentes do sistema, desde os usuários, profissionais de saúde e laboratórios farmacêuticos, até os gestores de hospitais, operadoras e membros do serviço público. Afinal, cuidar da vida é um objetivo comum, que demanda colaboração, interesse e envolvimento coletivo.

Um conceito que tem sido bastante discutido como estratégia eficaz para a promoção da saúde é o triple win, ou seja, ganho triplô. Ele significa estabelecer uma relação bem-sucedida entre os três principais elementos do ecossistema de saúde: o paciente, a indústria farmacêutica e o sistema em si, seja ele público, na figura do SUS, seja privado, que no Brasil acontece por meio das operadoras de planos de saúde, sob regulação da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

Mas, para que o triple win se torne uma realidade, um de seus pilares deve estar calado na prevenção. Precisamos de um esforço contínuo para melhorar as atuais políticas públicas em saúde, transformando-as em mecanismos que coloquem o indivíduo como usuário de um sistema que fortalece as ações de prevenção e promoção de saúde. É a mudança do modelo de assistência ao beneficiário passando a ênfase para a saúde e não para a enfermidade.

Se conseguirmos evoluir para um modelo centrado no paciente, nas suas reais

necessidades, valorizando os desfechos que realmente importam para ele, fica mais fácil conseguirmos alinhar as expectativas de todas as partes interessadas. Sabemos que, atualmente, a sociedade como um todo se mostra cada vez mais suscetível a enfermidades. A carga de doenças, novas ou crônicas, cresce de forma significativa. A consequência disso é a necessidade ainda maior de utilização do sistema de saúde, privado e público. O que aconteceu com a covid-19 foi uma demonstração do perigo que é ter um sistema sobrecarregado.

Por isso, temos falado também em saúde populacional, um conceito cujo foco é influenciar determinantes sociais que afetam desfechos clínicos. Essa ideia se apresenta como outro caminho possível, intrínseco ao triple win, para uma transformação sustentável, com a redução no impacto das doenças crônicas, queda na utilização inadequada do serviço de saúde e promoção de melhor qualidade de vida. É uma abordagem extremamente benéfica ao paciente, pois o coloca no centro das tomadas de decisão, vantajosa para o poder público, que consegue reduzir índices de doenças, e lucrativa para a indústria, que se beneficia com a introdução de um medicamento com rapidez e escala.

Não é nenhuma novidade, mas precisamos reforçar: a Atenção Primária à Saúde é dever de todos que desejam construir um modelo mais colaborativo. A sociedade precisa entender como funciona a jornada do

paciente, o que é o SUS e que ele vai além do pronto-socorro, do hospital e das vacinas. Para isso, é necessário reduzir barreiras e promover o diálogo e a cooperação, ou seja, nova forma de concorrência colaborativa.

Por isso, na ANS, existe o objetivo de estimular as operadoras e planos para que reensem a organização do sistema de saúde, a fim de que eles possam contribuir para instituir um modelo de atenção integrada. Induzir a adoção de boas práticas por meio de uma lógica baseada em atenção e cuidado gera ganho para todos. Um aspecto positivo que a pandemia de covid-19 nos mostrou foi a relevância das parcerias. Vimos a importância da indústria dentro desse sistema com o desenvolvimento de vacinas e tratamentos, e como o bom relacionamento com o poder público pode acelerar e garantir o acesso da população a essas inovações.

Agora, temos que aprender com essas parcerias que trouxeram tantos benefícios para a sociedade, não só no Brasil, mas em nível mundial. É essencial que a população tenha acesso a medicamentos, terapias e novas tecnologias por meio de análises técnicas de incorporação de tecnologias com análise de custo, efetividade e desfecho clínico, afinal saúde não tem preço, mas seu custo é arcado por todos. Nossa maior missão como agentes ativos do sistema de saúde é tornar esse acesso perene e sustentável para que a população brasileira usufrua de forma plena o direito à saúde, dentro das reais possibilidades de nosso povo.